

Revista EDUCAMAZÔNIA - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, LAPESAM, GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – ISSN 1983-3423 – Ano 3, Vol 1, jan-jun, 2010, Pág. 88-104.

RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS ÉTNICORRACIAIS: A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO MULTICULTURAL CRÍTICA E DO CURRÍCULO INTEGRADO

Renilda Aparecida Costa

RESUMO: Este artigo visa explicitar que as diferenças constituídas ao longo da história dos Estados modernos tiveram como base as hierarquizações entre os diversos grupos sociais que geraram desigualdades econômicas e exclusão. Assim, o efetivo reconhecimento por parte do Estado democrático de direito nos seus ordenamentos jurídicos destas culturas e de suas particularidades pressupõe aos indivíduos pertencentes a esses grupos considerados minoritários oportunidades igualitárias para o pleno exercício da cidadania. Essa reavaliação de conhecimento traz à tona a necessidade de uma dimensão interdisciplinar na formação dos/as educadores/as que os/as levem a questionar as concepções que fundamentam sua prática pedagógica no que diz respeito à raça, classe, gênero e orientação sexual, questionando, dessa forma, a visão eurocêntrica com que essas categorias foram construídas. Nesta perspectiva apontam-se duas correntes teórico-metodológicas que se considera relevantes para pensar a construção de um currículo crítico que possibilite o reconhecimento das diferenças étnico/raciais: Educação Multicultural Crítica e Currículo Integrado.

Palavras-chave: Reconhecimento das diferenças étnicorraciais, Educação multicultural, Currículo integrado

RECONOCIMIENTO DE LAS DIFERENCIAS ÉTNICAS RACIALES: LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN MULTICULTURAL CRÍTICA Y DEL CURRÍCULO INTEGRADO

RESUMEN: Este artículo visa a explicitar que las diferencias constituidas a lo largo de la historia de los Estados modernos tuvieron como base las jerarquizaciones entre los diversos grupos sociales que generaron desigualdades económicas y exclusión. Así, el efectivo reconocimiento por parte del Estado democrático de derecho en sus ordenamientos jurídicos de estas culturas y de sus particularidades presupone a los individuos pertenecientes de estos grupos considerados minoritarios oportunidades igualitarias para el pleno ejercicio de la ciudadanía. Esa reevaluación de conocimiento trae a tona la necesidad de una dimensión interdisciplinaria en la formación de los/las educadores/as que los/las lleven a cuestionar las concepciones que fundamentan su práctica pedagógica en lo que dice respecto a la raza, clase, género y orientación sexual, cuestionando, de esa forma, la visión eurocéntrica con que esas categorías fueron construidas. Bajo esta perspectiva, se apuntan dos corrientes teórico-metodológicas que se considera relevantes para pensar la construcción de un currículo crítico que posibilite el reconocimiento de las diferencias étnicas raciales: Educación Multicultural Crítica y Currículo Integrado.

Palabras-clave: Reconocimiento de las diferencias étnicas raciales, Educación multicultural, Curriculum integrado

1. Diferenças Étnicorraciais em construção, desconstrução e reconstrução

Este artigo tem por objetivo compreender o currículo Integrado como uma ferramenta teórico metodológica para a implementação de uma Educação Multicultural Crítica, neste sentido, a minha trajetória de vida como professora e pesquisadora traz á tona a necessidade relacionar as teorias Sociológica com as Educacionais, haja vista, a relevância que a temática Relações étnicorraciais têm assumido em minha vida pessoal e profissional.

Inicialmente - 1993- me tornei professora na disciplina de Didática e Prática de Ensino em nível de 2º grau em uma escola pública e trabalhar com o magistério sempre me fascinou, pois, sabia que a visão de mundo construída com minhas alunas (futuras professoras), estaria possivelmente presente na prática pedagógica. Apesar de minha formação acadêmica ter sido limitada, no que se refere à problemática étnicorracial (1), sempre tive a preocupação de abordar, com minhas alunas, essas questões.

(1) O currículo do curso de Pedagogia da UNIPLAC, onde me formei, não contemplava a disciplinas que abordassem a questão das diferenças, desde 2007 os cursos de formação d de professores licenciaturas possuem em sua matriz curricular as disciplinas : Educação, Cultura e Diferença e a Pedagogia tem um bloco interdisciplinar sobre inclusão que contempla a disciplina Educação das Relações Étnico/raciais e Indígenas .

Dessa forma, de 1999 - 2001 realizei um estudo nas áreas da Sociologia intitulado A identidade nacional brasileira e a educação: homogeneidade x pluralidade cultural, que teve como objetivo analisar

quais as configurações sociais, políticas e intelectuais que fizeram com que a temática da pluralidade cultural se fizesse presente na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

A partir do desenvolvimento deste estudo pude chegar a algumas considerações; primeira, que a problemática racial no Brasil precisa ser enfrentada em dois níveis, ou seja, abrir uma discussão ampla envolvendo a sociedade como um todo; em nível de Estado deve-se discutir a assumir ações afirmativas, que diminuam as disparidades sociais entre brancos e negros Segunda, o fato de a nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 endossar a pluralidade cultural não garante o desenvolvimento de uma educação multicultural crítica. Portanto, há necessidade implementar a legislação através de uma formação inicial e continuada de educadores.

Dessa forma, o referido estudo concluiu que, era urgente privilegiar a temática das relações raciais na formação de professores, partindo dos seguintes pressupostos: rever o currículo das licenciaturas; fomentar a formação de núcleos de pesquisa que possam articular analises sobre relações raciais e formação de professores; desencadear, através da formação continuada, um fórum de discussão permanente sobre a temática.

Diante dessas considerações e tendo a clareza da urgência de fazer articulações nesta direção que desde agosto de 2001 apresentei em parceria com colegas que tinham interesse na temática uma proposta de criação do Grupo de Pesquisa “Negro e Educação” ligado a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC que teve inicialmente como meta a

construção de referenciais teórico - metodológicos que possibilitassem aos educadores (as) a ampliação e o aprofundamento da história das relações raciais na sociedade brasileira e suas implicações no processo de educação, bem como, suprir a necessidade de um acervo de referência sobre a história do povo afrodes-cendente, na Região Serrana, como forma de dar visibilidade a situação vivenciada pelos mesmos no contexto local.

No bojo das ações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Negro e Educação está à parceria estabelecida com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEABs- vinculado a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC Sendo que, esta foi articulada a partir do projeto Uniafro- Programa de ações para a população negra Instituições de ensino superior do MEC- Ministério da Educação. Assim desde julho de 2005 iniciamos uma discussão com a Secretaria de Educação um projeto que visa á formação de educadores (as) em educação multirracial e especialmente no que diz respeito à “Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que trata obrigatoriedade no currículo oficial da Rede de Ensino a da temática História e Cultura Afrobrasileira.”

Outro aspecto relevante a se considerar é que, a partir deste contexto houve a transformação do referido grupo de pesquisa em Núcleo de Estudos Afrobrasileiros “Negro e Educação”/NEAB-NEU neste ano de 2007 e, assim, a expansão das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sendo que, no ensino, mais especificamente na graduação durante a reestruturação dos cursos de licenciaturas houve a inclusão das disciplinas “Educação, Cultura e Diferença” e Educação das Relações

Étnico-raciais e Indígenas e na pós- graduação a oferta de um curso de especialização *latu sensu* em Educação Étnico Racial e Multiculturalismo.

No que diz respeito às atividades de pesquisa a deu-se continuidade ao desenvolvimento da Pesquisa que foi financiada pelo fundo de pesquisa da própria universidade, bem como, pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Santa Catarina – FAPESC “Memórias afro-lageanas: práticas de religiosidade africana e afro-brasileiras na Região Serrana como espaços de (re) construção identidade cultural” utilizando-se também, da Metodologia da História Oral.

Com relação às atividades extensão universitária e, estas foram desencadeados em parceria com movimento negro, escolas públicas e outras entidades afins. Dentre eles: Os cursos A formação de líderes do movimento negro, professores e gestores educacionais: educação étnico-racial, o qual teve o objetivo sensibilizar lideranças do movimento negro, professores e gestores educacionais no que diz respeito à Lei realizado 10.639/03 em 2006 e, que em 2007 assumiu um caráter de formação interna de todos os envolvidos no núcleo.

Dentre as diversas atividades de extensão destacam-se os projetos: “Arte e Cultura Africana e afro-brasileira, um curso no qual estiveram envolvidos oitenta professores (as) das redes pública municipal, estadual e particular; Dança: Manifestação de corporeidade e cidadania desenvolvido em parceria com a Irmandade Nossa Senhora das Graças uma entidade que atende crianças e adolescentes empobrecidas -

em um bairro em que a maioria da população é negra - desenvolvendo atividades sócio-educativas no contra turno escolar.

O referido projeto consistiu em oferecer a quarenta crianças aulas de balé afro, contemporâneo e clássico utilizando-se da estrutura da universidade; Capoeira Angola: instrumento de construção de identidade e cidadania que foi desenvolvido numa escola pública municipal atendendo também a cerca de quarenta crianças.

Cabe ressaltar aqui que mesmo com as atividades acadêmicas intensas do Doutorado continuei atuando no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB- NEU, no qual, participei grupos de trabalhos direcionados Educação e as Relações Étnico-Raciais no Brasil, tais como: Diálogo Regional da Região Sul sobre a implementação da 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnicorraciais, na cidade de Curitiba em abril de 2008. Neste evento estavam presentes os representantes do MEC – Ministério da Educação e Cultura e da SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade como o próprio nome já explicita tem o papel de fomento e acompanhamento de políticas que visem a redução das desigualdades de raça, classe, gênero, orientação sexual no campo educacional. Também participei do evento Os Diálogos Nacionais, em Brasília, para a consolidação de uma Política Pública de Educação, ou seja, Plano Nacional de implementação das Diretrizes curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

Entretanto, a minha atuação na Universidade do Planalto Catarinense também esteve ligada ao ensino de graduação a disciplina em mais atuei foi a disciplina de relacionadas Estágio e Prática Pedagógica com ênfase na educação infantil e anos iniciais, Sociologia da Educação, Educação cultura e Diferença e Educação da relações étnico- raciais e Indígenas. Sendo que, Nos dez anos que atuo como professora e pesquisadora estive sempre na fronteira entre a Sociologia e a Educação, ou seja, a compreensão das relações raciais no Brasil e suas influencias nas relações sociais e pedagógicas, a minha preocupação era: de que forma os professores iriam tratar metodologicamente em sala de aula questão de como as diferenças étnico raciais foram construídas socialmente na perspectiva de excluir alguns grupos sociais?

A partir desta fronteira fui aprofundando meus conhecimento na temática Currículo Integrado e como já havia discutido Educação Multicultural critica em um dos capítulos da minha dissertação passei a relacionar em minhas aulas os autores que discutiam estas duas temáticas, bem como, orientei alguns trabalhos de graduação e especialização nesta perspectiva.

À medida que ia trabalhando estas temáticas com os/as estudantes do curso de Pedagogia na perspectiva da compreensão da realidade sócio-histórica e cultural do campo de estágio surgia a necessidade de interpretar esta prática. Neste ínterim percebeu-se que o caminho teórico metodológico para pensar relações étnico-raciais era a interdisciplinaridade: o Currículo Integrado com vistas a uma Educação Multicultural Critica.

1.2 Currículo integrado e Educação Multicultural crítica: perspectivas que se entrecruzam na construção do conhecimento e do reconhecimento das diferenças étnico/raciais

Santomé pesquisador em que encontrei eco nas minhas preocupações no que diz respeito à temática da construção das relações étnico/raciais no Brasil e a abordagem metodológica. Assim, este autor argumenta que currículo pode ser organizado em núcleos que ultrapassam os limites das disciplinas, centrados em temas problemas, tópicos, instituições períodos históricos, espaços geográficos, grupos humanos e idéias, ou seja, o currículo interdisciplinar e globalizado se torna uma categoria guarda chuva que permite uma prática pedagógica consciente e interativa. (SANTOMÉ,1998)

Segundo o autor esta organização curricular deve propiciar aos estudantes debates sobre a construção do conhecimento para que possam a compreender como este foi ao longo da história elaborado, difundido e legitimado. Neste sentido, os estudantes são percebidos como sujeitos que ao interagirem com o conhecimento através da mediação do professor/a traz a possibilidade de que os mesmos possam ter um compromisso com a realidade social de forma mais ativa e crítica (SANTOMÉ:1998)

Santomé enfatiza ainda, que esses novos referenciais devem ser oferecidos as crianças desde os primeiros níveis de escolaridade “elas

devem se acostumar a pensar interdisciplinar e globalmente, podendo assim, chegar a desenvolver um senso de responsabilidade e de lealdade com os povos e grupos sociais marginalizados e silenciados.” (Santomé, 1998:93)

Argumenta ainda, que um currículo construído a partir de uma política educacional antidiscriminatória não se dá através de práticas pedagógicas com abordagens fragmentadas que representam apenas a história, a cultura, tradições e as vozes dos grupos sociais hegemônicos - com poder com poder econômico, social político e militar e religioso, ou seja, a cultura européia. Neste sentido, “um currículo democrático e respeitador de todas as culturas é aquele no qual estão presentes estas problemáticas durante todo o curso escolar, todos os dias, em todas as tarefas acadêmicas e em todos os recursos didáticos. (Santomé, 1998:150)

Essa perspectiva teórico metodológica permite questionar a fragmentação do conhecimento e permite a intersecção das várias áreas do saber, com vistas a uma reelaboração da prática educativa. Reelaboração essa que passaria por uma reorganização dos tempos e espaços escolares, e um trabalho interdisciplinar que exigisse um planejamento coletivo, onde os educadores possam reavaliar a concepção de conhecimentos e os encaminhamentos metodológicos do fazer pedagógico. Esta reavaliação de concepções do conhecimento trouxe à tona a necessidade refletir sobre uma dimensão interdisciplinar na formação do educador/a.

Nessa perspectiva (McLaren e Giroux, 2000:38) apontam que o conhecimento é uma construção social por excelência, que é

simbolicamente construído pela mente e o corpo, através de interaoes que levam em conta os contextos culturais, políticos e histórico.  parte fundamental dessa interação a linguagem, que “ o meio básico através do qual as identidades são construídas, os agentes sociais são formados, as hegemonias culturais são asseguradas, e, designando e agindo sobre a prática social” (McLaren e Giroux, 2000:32).

Os autores ressaltam que a linguagem não é neutra, pois quando a usamos descrevemos como os processos culturais foram inscritos em nós e como os reescrevemos, produzindo nossos próprios scripts para interagir com a realidade. “Ao ler, produzimos um texto dentro de um texto, ao interpretar, criamos um texto sobre um texto; e, ao criticar, construímos um texto contra o texto”. (McLaren e Giroux, 2000:45) Dessa forma, uma ação pedagógica crítica e reflexiva pressupõe um trabalho pedagógico que questione a própria construção dos conhecimentos que legitimaram e propagaram certos discursos e, ao mesmo tempo em que desacreditaram e marginalizaram outros.

O Estado Providência falhou em seu objetivo igualitário, quer nas políticas assimilacionistas homogeneizadora cultural, quer nas políticas redistributivas, que “teve um efeito descaracterizador e desqualificador sobre as diferenças culturais étnicas, raciais sobre as quais se sustentava” (Santos, 1995:41); e diante das transformaoes que a sociedade como um todo passa, há necessidade de uma nova articulação multicultural das políticas de igualdade e de identidade. Seja: “temos direito a ser iguais sempre que diferença nos inferioriza; temos o direito

de ser diferentes sempre a que igualdade nos descaracteriza” (Santos, 1995:41).

Mas para que essa articulação realmente se efetive, o autor coloca que a política da igualdade e da diferença pressupõe um novo paradigma epistemológico, que vai se contrapor ao que se convencionou chamar de ciência moderna. Na: “Ciência moderna, a ignorância é o caos e o conhecimento é a ordem; conhecer dentro deste paradigma é seguir a trajetória do caos para a ordem. Neste paradigma, diferença é o caos e, portanto, ignorância e conhecer significam superá-la pela ordem do universalismo antiferencialista”. (Santos, 1995:42).

Santo vai além afirmando que conhecimento e o reconhecimento pressupõem outro paradigma epistemológico que tem como ponto de ignorância, o colonialismo, e como ponto de conhecimento, a solidariedade. Somente diante desses pressupostos, a solidariedade será possível. Segundo o autor, é importante não só reconhecer as diferenças, mas diferenciar entre as que inferiorizam e as que não, no contexto relacional em que elas se encontram.

O questionamento acerca do reconhecimento das diferenças, como já foi evidenciado, é abarcado pelo debate sobre pluralidade cultural. A relevância de se garantir representação das identidades culturais, nos diversos campos sociais, inclui o educacional e tem se intensificado. Esses debates têm se aglutinado em torno da expressão “Multiculturalismo”.

O campo do multiculturalismo, com suas múltiplas formas de expressão (questões de gênero, sexualidade, etnia, identidade, etc.) vem,

pouco a pouco, ocupando lugar privilegiado nas discussões educacionais, O espaço que vem se abrindo, em diversas sociedades, para as discussões vinculadas à diferença cultural/lingüística/identitária é, em última instância, resposta aos diferentes movimentos sociais que representam vozes em busca de direitos e legitimidades, bem como a constatação, por parte dos governos, da necessidade de “controlar” os inúmeros conflitos.

Conforme tem sido apontado (McLaren, 2000:110), o multiculturalismo pode ser interpretado sob diversas óticas. O autor faz uma retomada das várias formas de como o conceito é apreendido, afirmando, na obra “Multiculturalismo Crítico”, que seu “(...) objetivo deve ser compreendido apenas como uma tentativa inicial de transcodificar e mapear o campo cultural de raça e etnicidade para formular uma tentativa de esquema teórico que possa ajudar no discernimento das múltiplas maneiras pelas quais a diferença é tanto construída quanto engajada” (McLaren, 1999:110)

O Multiculturalismo crítico e de resistência entende a diversidade como um objetivo, mas que deve ser afirmada a partir de uma política crítica e de compromisso com a justiça social. Segundo McLaren a perspectiva crítica deve estar atenta a noção de diferença, pois ela acontece entre dois ou mais grupos e é considerada em suas especificidades, ou seja, “(...) diferença é a compreensão de que os conhecimentos são forjados em histórias e são estratificados a partir de relações de poder diferencialmente constituídas; isto quer dizer que conhecimentos, subjetividades e práticas sociais são forjados dentro de esferas culturais incomensuráveis e assimétricas” (McLaren, 1999:125).

McLaren esclareceu que os educadores precisam perceber a diferença sem cair em essencialismos ortodoxos e buscar, no coletivo e na solidariedade, posturas que ultrapassem a visão simplista e condescendente do exotismo e do folclore, que serve apenas para manter formas de racismos institucionais intactas. O autor argumenta que se faz necessário uma reescrita da diferença no sentido de “diferença-em-relação”, ou seja, a transformação das condições materiais que fizessem com que as relações de dominação prevalecessem sobre as relações de igualdade.

Um outro enfoque que tem um papel central nas reflexões de McLaren, já citado anteriormente, é o entender a branquidade como uma categoria étnica; é preciso questionar a branquidade a ponto de desnaturalizá-la. Sem o desvelamento da etnicidade branca não poderia haver uma avaliação crítica da construção do “outro”. Os grupos brancos precisam vasculhar suas próprias histórias para compreenderem que suas normas culturais não são neutras e universais. A suposta neutralidade branca permite a mercantilização e manipulação do “outro” sem que se perceba a alteridade como forma de exploração branca.

A branquidade não existe do lado de fora da cultura, mas constitui o texto social prevalecente a partir do qual as normas sociais são feitas e refeitas. Como parte de uma política de significação que passa despercebidamente no ritmo da vida cotidiana como uma categoria politicamente construída como parasítica da negritude, a branquidade tornou-se a norma invisível, o padrão contra o qual a cultura dominante mede seu próprio valor (McLaren 1999:136).

De fato, dentro dessa perspectiva teórica, a compreensão das identidades como constituídas em espaços e discursos plurais, incluindo

os educacionais, leva à rejeio de posturas que naturalizam ou essencializam essas mesmas identidades. Tais sensibilidades, conforme McLaren, conferem, ao pluralismo, um caráter central na efetivao do multiculturalismo na educao e trazem para as reflexões, a sensibilizao na constituio das identidades, sempre contingentes, provisórias e frutos de sínteses e traduções plurais.

Entender o currículo e a formao de professores, nessa perspectiva implicava, como sugeria McLaren, na preparao de sujeitos que se percebam como híbridos, na medida em que esse hibridismo desafiava os absolutismos étnicos e culturais, em discursos e práticas pedagógico-curriculares.

McLaren afirma que a pedagogia crítica compreende a ordem social de uma forma não reducionista, pois “o campo social está sempre aberto e devemos explorar suas fissuras, falhas, lacunas e silêncios” (McLaren, 1999:142). “Necessitamos de novas teorias críticas para conceitualizar, descrever e interpretar macro-processos sociais, tanto quanto necessitamos de teorias políticas que sejam capazes de articular interesses comuns e gerais e que façam um corte através das divisões de sexo, raça e classe” (McLaren, 1999:151)

Diante dessa perspectiva, percebe-se a urgência de uma interveno nos sistemas de dominao, tanto o nível macropoltico da organizao estrutural da dominao, isto é, uma política transformadora nas relações de trabalho; como no nível micropolítico, ou seja, nas manifestações de exclusão, políticas culturais e étnicas.

McLaren argumenta que os educadores precisam ultrapassar a visão do “politicamente correto” que muitas vezes povoa os noticiários, e buscar uma compreensão da diferença seriamente, desafiando as críticas que a negam, feita pelos multiculturalistas conservadores. Para que isso ocorra, o autor enfatiza alguns pressupostos considerados fundamentais. Primeiro se faz necessário ampliar o campo conceitual dos educadores, através da legitimao dos múltiplos referenciais de conhecimentos que tratam da educao multicultural; segundo, as reformas curriculares deveriam levar os educadores a questionarem as concepoes que fundamentam sua prática pedagógica no que diz respeito a raça, classe, gnero e orientao sexual, questionando, dessa forma, a visão eurocntrica com que essas categorias foram construídas; terceiro, a superioridade considerada como inerente  branquidade e a racionalidade ocidental precisavam ser superadas, questionando-se a própria noo de ocidente; quarto, a reforma curricular deve reconhecer que os grupos sociais têm acesso diferenciado ao conhecimento superior ocidental e interrogar-se no sentido de compreender como determinados grupos são representados no conhecimento que permeia o currículo.

(1) Conjunto muito ridicularizado de princípios e diretrizes, o politicamente correto tornou-se uma verdadeira ortodoxia nas Universidades dos Estados Unidos no início da década de 1990. Embora baseada em conceitos que soavam acadmicos, sua decretao foi rapidamente interpretada como uma forma de censura. Ela objetivava reequilibrar as academias norte – americanas, as quais acreditava-se, estavam atoladas no mesmo racismo e sexismo existentes e promovidos por grande parte da cultura americana. O caráter prevalecente do racismo e do sexismo refletiu-se na língua da instruo e no currículo. Como o conhecimento  disseminado por meio das instituioes educacionais, pensou-se ser improvável que este servisse a objetivos de emancipao, a menos que se rejeitasse conscientemente o racismo e o sexismo e abraçasse ativamente as alternativas baseadas em regulamentos anti-racistas e anti-sexistas. Por esse motivo, o politicamente correto deu início a sua tentativa de combater as concepoes ocidentais ou eurocêntricas de

conhecimento usando a língua e o discurso que ele imprime como alvo. Os termos e textos não carregam consigo pensamentos; eles os perpetuam, freqüentemente, de uma maneira não reflexiva. (Cashmore: 2000)

Em suma, reformar o currículo é dar visibilidade as pessoas que foram historicamente excluídas.

(...) reforma curricular precisa reconhecer a importância de espaços de encorajamento para a multiplicidade de vozes em nossas salas de aulas e de se criar uma pedagogia dialógica na qual as pessoas vejam a si e aos outros como sujeitos e não como objetos. Quando isso ocorre, os estudantes tendem a participar da história, em vez de tornarem-se suas vítimas (McLaren, 1999:146).

Para que essa ação pedagógica dialógica seja efetivada é preciso superar a visão reducionista de educação multicultural, que vai além de uma política, na maioria das vezes, com aparência de inclusão, mas que pode fundamentar discursos e práticas de exclusão estrutural. Portanto, torna-se relevante a interpretação de um uso pernicioso que se pode fazer da categoria diversidade.

McLaren infere que é extremamente complicado relacionar o multiculturalismo à idéia de diversidade e da democracia liberal. A diversidade, para o autor, é um conceito difuso, construído a partir de narrativas consensuais, que não evidenciam hierarquias e privilégios nas relações de poder afirmados pelo pluralismo liberal. Dessa forma, o pluralismo se restringe ao plano operacional, à política como instrumentalidade e gerenciamento, e à democracia como um conjunto de regras. Desloca, assim, o foco da discussão sobre a sociedade e suas relações em termos de escolhas narrativas interpretativas, subestimando as estruturas sociais, políticas e econômicas.

A formação de identidades culturalmente híbridas, segundo McLaren, constituiu-se num caminho fértil para a educação multicultural crítica. Isto porque, na medida em que há o reconhecimento das diferenças culturais, ocorre também uma sensibilização à identidade-alteridade; e, a partir da, justifica-se não aceitar/questionar quaisquer estratégias discursivas que congelem ou silenciem identidades plurais.

Tratava-se, nesse sentido, de saber como os discursos influenciam os sujeitos sociais que atuam na educação, como promover uma linguagem crítica que iria ajudar discentes e docentes a tornarem-se cnscios de sua própria formação identitária, desafiando imagens e linguagens que congelem e discriminem aqueles percebidos como “diferentes”. Tal linguagem deverá fornecer elementos de superação de binarismos identitários, incorporando a dialtica dos determinantes múltiplos, presentes em cada construção identitária.

REFERÊNCIAS

- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para um novo milnio**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- MACLAREN, Peter; GIROUX, Henry A. *Sociedad, cultura y educacion*, Madrid: mino y davila, 1998
- POUTIGNAT, P.; SPREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SANTOMÉ, Jurjo torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- _____. **El currículo oculto**: madrid, Tapa Blanda, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**: Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A construo multicultural da igualdade da diferença.** Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4-6 de set. 1995.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipao social.** São Paulo: boitempo Editorial, 2007

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism; examining the politics of recognition.** Princeton, Princeton University Press, 1994.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão: para uma construo do imaginário do desvio.** 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

WEBER, Max. **Economia y sociedad.** México: Fondo de Cultura Econmica, 1994.

_____. **Ensaio de sociologia.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Recebido em 3/10/2009.

Aceito em 11/10/2009.

Sobre a autora:

Renilda Aparecida Costa

Professora do Professora do Instituto Natureza e Cultura Benjamim Constant – INC/BC/UFAM e Doutoranda do Programa de Pós graduao em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo , Rio Grande do Sul

Endereço: Avenida da Amizade, Centro Tabatinga – Amazonas

Endereço para correspondência: Rua Edna Lopes dos Anjos, Quadra 29, lote 01, bairro Araucária, Lages, Santa Catarina.

Email: renildaaparecidacosta@gmail.com

Fone: (49) 9157-0067

(49) 3222-3282